

Metamorfoses de uma mulher ruandesa em relatos de si: o percurso emancipatório de Scholastique Mukasonga¹

Metamorphoses of a Rwandan woman in self-narratives: the emancipatory journey of Scholastique Mukasonga

Ângela Cristina Salgueiro Marques
Ângela Maria Salgueiro Marques
Frederico da Cruz Vieira de Souza

RESUMO: O artigo reflete sobre o relato que a autora ruandesa Scholastique Mukasonga escreve sobre si mesma na obra *Um belo diploma*. A narrativa descreve suas experiências de luta pela conquista de emancipação social, autonomia e liberdade intelectual, simbolizadas pela conquista de um diploma reconhecido na França, país para onde emigra após sua formação no Burundi. Desafiando preconceitos e imagens de controle, Mukasonga elabora ativamente sua metamorfose, desenha outras alternativas para sua vida, diferentes daquelas supostamente já destinadas a ela. Enquanto mulher africana transclasse na França, sua autodefinição evidencia a coragem de identificar os aspectos e dispositivos de poder que limitam sua autorrealização e, ao mesmo tempo, de criar táticas de ação que permitam, de maneira situada, o cuidado de si e dos outros como responsabilidade ética. Buscamos evidenciar como uma mulher negra, sobrevivente de um genocídio, emancipa a si mesma através de sua escritura e, simultaneamente, redefine os vínculos sociais e amorosos que amparam aquelas e aqueles que habitam seus dias e noites.

Palavras-chave: Scholastique Mukasonga. relatos de si; autodefinição. autonomia relacional. práticas de liberdade.

ABSTRACT: This article reflects on the story that the Rwandan author, Scholastique Mukasonga, writes about herself in her book *A Beautiful Diploma*. The narrative describes her experiences of fighting for social emancipation, autonomy and intellectual freedom, symbolized by her achievement of a diploma recognized in France, the country to which she emigrated after graduating in Burundi. Defying prejudices and images of control, Mukasonga actively elaborates her metamorphosis, designing other alternatives for her life, different from those supposedly already destined for her. As a transclass African woman in France, her self-definition demonstrates the courage to identify the aspects and dispositifs of power that limit her self-realization and, at the same time, to create tactics of action that allow, in a situated manner, the care of herself and others as an ethical responsibility. We seek to highlight how a black woman, survivor of a genocide, emancipates herself through her writing and simultaneously redefines the social and loving bonds that support those who inhabit her days and nights.

Keywords: Scholastique Mukasonga. self-narratives. self-definition. relational autonomy. practices of freedom.

Introdução

A escritora Scholastique Mukasonga, vencedora, em 2021, do Prêmio Simone de Beauvoir pela liberdade das mulheres publicou quatro livros², entre 2006 e 2020,

¹ Os autores agradecem ao apoio financeiro do CNPq e da Fapemig, e também às generosas contribuições feitas pela professora Ida Lúcia Machado e pelo professor Nilo Ribeiro ao longo da elaboração deste trabalho.

² Os livros são os seguintes: *Baratas* (2006); *A mulher dos pés descalços* (2008), *Um belo diploma* (2012), *Nossa Senhora do Nilo* (2012) e *Kibogo subiu ao céu* (2020). Esses títulos ganharam tradução para o

dedicados à rememoração de sua infância em Ruanda, mas sobretudo a transformar essa escrita em um processo de luto capaz de trabalhar o trauma do genocídio da etnia tutsi no ano de 1994 (cerca de 800 mil pessoas dessa etnia foram brutalmente assassinadas no país por extremistas étnicos hutus). Os relatos de si elaborados pela autora configuram para nós um gesto estético, ético e político que muito se aproxima do conceito foucaultiano de práticas da liberdade: a criação, através da escrita, de outras relações consigo e com os outros no sentido de possibilitar a identificação e tematização de opressões sofridas, mas também criar espaços singulares de encontro consigo mesmo e com os outros, que configuram a teia de relações determinantes para sustentar uma forma de vida.

A narração da vida e das experiências da autora e de seus familiares, reavivando os espaços habitados, as dificuldades enfrentadas, os cuidados diários para a sobrevivência, o medo e os momentos de felicidade são recriados nas páginas dessas obras, não para representar um passado que se perdeu rumo a um futuro promissor, mas para ressignificar constantemente os vestígios do passado. Esse trabalho ativo com a linguagem é uma tarefa que não se reduz à preservação de uma memória, mas incide diretamente na construção autônoma do sujeito que narra a si mesmo e que remodela constantemente experiências traumáticas em busca de redefini-las e de pavimentar seu caminho e suas decisões com base nas travessias percorridas.

Sob esse aspecto, as obras escritas por Scholastique Mukasonga configuram um gesto político de rememoração do passado, combinado com a prática da escrita de si em busca da “reinvenção, da costura de subjetividades a partir de conflitos, frustrações, vitórias e testemunhos que construam outros modos de pensar, agir e existir em prol da autonomia feminina” (Rago, 2013, p.28). Escritas de si são práticas de liberdade que se afastam do controle disciplinar dos corpos e das vidas, de modo que seja possível a construção de um cuidado de si que redefina a abertura para a alteridade, que lute contra as políticas de morte e que atue como operação de reorganização subjetiva e intersubjetiva, em meio ao acesso a tempos espiralares e territorialidades múltiplas. Essa prática da escrita de si, da elaboração de relatos de si envolve uma autodefinição pautada pela atitude crítica de recusar o controle biopolítico das vidas em nome da

português e foram publicados pela editora Nós. O romance *Nossa Senhora do Nilo* (2012) ganhou o prêmio Ahmadou-Kourouma em Genebra; o prêmio Oceans France Ô e o prêmio Renaudot, em 2012. Venceu ainda o Seligmann Prize, em 2014, pela luta contra o racismo e a intolerância; e, em 2015, ganhou o prêmio Société des gens de lettres.

dignidade e da recuperação do passado como material central de produção do presente e imaginação do futuro.

Ao trabalhar com a noção de narrativa de vida, Ida Lúcia Machado (2020, p. 49) reflete acerca dos processos de elaboração das experiências de pessoas que conseguiram cruzar fronteiras e atravessar limiares nos quais um imperativo determinista parece impor certa forma e modelo às suas histórias. Nessa esfera, a criação de uma narrativa de vida não busca estabelecer uma “verdade” (em oposição a uma pretensa “não verdade” das palavras dos narradores), mas trabalha a experiência como material primordial para a redefinição, o refazimento, o refúgio e, sobretudo, o repúdio a enquadramentos que reduzem a potência das vidas a esquemas prévios de aceitação social e moral. Não se trata de externalizar um “mundo interior” desconhecido, mas de elaborar e reelaborar consigo e com os outros o material revoltado das lembranças e memórias. De acordo com Machado (2020), o mergulho nas lembranças é um ato político de reapropriação do passado como forma de esclarecer e compreender o presente, mas também de transitar entre as lacunas da memória, munido do poder da imaginação, operando com heterogeneidades, hibridações e empréstimos entre linguagens.

Assim, a elaboração da narrativa de vida e dos relatos de si não implica simplesmente a restauração do passado, mas, sobretudo, uma transformação do presente, um investimento em um projeto emancipatório que abarca também a proeza de ultrapassar barreiras de classe, os preconceitos de gênero e as opressões ligadas ao racismo. A retomada e o retrabalho do passado transformam as condições de vida e de reconhecimento dos sujeitos. Como ressalta Jeanne Marie Gagnebin (1999), a rememoração não é a conservação do passado como algo que pode ser devolvido tal qual era ao presente, mas é a criação de narrativas incompletas e lacunares através de vestígios, de restos, para a construção de algo novo. A transformação ativa do passado no presente requer a elaboração de narrativas que não buscam conservar fielmente o passado, mas retomá-lo como matéria-prima para a construção de um presente que quebre expectativas. Nesse sentido, narrar a si mesmo é um trabalho árduo, geralmente cercado pelo sofrimento, pela perda e pela permanência das ruínas. “O encontro do passado com o presente não deve liberar o indivíduo do jugo do tempo, mas operar uma espécie de condensação que permita ao presente reencontrar, reativar um aspecto

perdido do passado e retomar o fio de uma história inacabada, para tercer-lhe a continuação” (Gagnebin, 1999, p. 70).

A tessitura empreendida por Scholastique Mukasonga para nos relatar sua travessia rumo à conquista de um diploma deixa entrever vários aspectos de uma existência que toma forma através da dor, mas que não se deixa imobilizar pelo sofrimento, pois ele é convertido constantemente em matéria de transformação pessoal. Scholastique Mukasonga nasceu no sudoeste de Ruanda, em 1959, quando surgiram as primeiras estratégias de eliminação da etnia tutsi. Em 1960, sua família foi deportada, juntamente com muitos outros tutsis, para Nyamata, em Bugesera, região de mata do país, extremamente inóspita à época. Mukasonga conseguiu sobreviver apesar das repetidas perseguições e massacres. Enfrentando inúmeras dificuldades, a autora estudou no *Lycée N-D de Citeaux* em Kigali e depois cursou assistência social em Butare. Em 1973, estudantes tutsis foram expulsos de escolas e funcionários de seus postos, forçando a autora a se exilar no Burundi para escapar da morte. Durante os anos de exílio, desenvolveu sua trajetória de estudos na escola de assistência social de Gitega, determinada a obter um diploma. A obstinação de seu pai em mantê-la na escola e em garantir sua formação é o fio condutor da narrativa do livro *Um belo diploma*, objeto de nossa reflexão neste texto.

Após completar seus estudos no Burundi e obter seu tão sonhado diploma, Scholastique Mukasonga passou a trabalhar em um projeto no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Chegou à França em 1992, acompanhada de seu esposo e, para conseguir um emprego, teve que cursar novamente a faculdade em Assistência Social para obter um diploma válido no país.

Em 1992, quando nos instalamos definitivamente na França, eu estava segura de mim: tinha me tornado francesa, conhecia a França, possuía meu diploma. Além do mais, podia me valer; como exigiam as ofertas de emprego, da experiência adquirida: meu CV me parecia mais que digno. [...] Infelizmente, logo entendi que a França das férias, a França ensolarada de julho a agosto que nós percorríamos da Normandia à Côte d’Azur, não era a mesma França do cotidiano, a da busca por emprego: eu não tinha me dado conta de que esse diploma, que tanto esforço me custara em Ruanda e no Burundi, não tinha nenhum valor na França (Mukasonga, 2020, p. 135-136).

Dois anos depois da chegada da autora à França, 37 membros de sua família foram assassinados durante o genocídio dos tutsis. Entre muitas estratégias de extermínio, os extremistas hutus tinham estações de rádio e jornais que transmitiam propaganda de

ódio, exortando as pessoas a eliminar as *inyenzis* (baratas), o que significava matar os tutsis; os nomes das pessoas a serem mortas foram lidos na rádio. Uma das particularidades do genocídio ruandês é que foi cometido entre ruandeses e pelos ruandeses. Mesmo dentro de uma mesma família, os tutsis não eram mais chamados de seres humanos; eram como insetos a se erradicar. Até os dias de hoje desdobramentos dessa guerra se fazem sentir na geopolítica da região.

As quatro obras de Scholastique podem ser compreendidas como um ciclo testemunhal da autora e também como a necessidade de transformar a si mesma pela escrita. No primeiro livro, *Baratas (Inyenzis)*, de caráter autobiográfico, encontram-se associadas memórias individuais e coletivas dos tutsis, em que habitam as catástrofes advindas do genocídio de um passado recente. A escrita da autora vai delineando um longo processo de aniquilamento das mulheres e familiares, conferindo visibilidade àquilo que não podemos, em princípio, encarar, ou seja, permitindo ao horror uma forma de expressão.

Desde as pequenas humilhações cotidianas, passando pelo medo imposto pela política segregacionista da época, as palavras de Mukasonga relatam as condições padecidas pela população tutsi, vista pela maioria hutu como não humana; igualada ao lugar de animal a ser destruído. Em *Baratas*, a escritora sobrevive por meio das palavras que se equilibram precariamente entre a necessidade de se preservar os vestígios de um passado ruandês, hoje em ruínas; e a promessa implícita de se conservar a história familiar e dos terceiros, aqueles outros dos outros, comunidade da qual fez parte e foi testemunha.

Já no romance *A mulher de pés descalços*, Mukasonga faz ouvir a voz da dor e da perda de sua mãe Stefania, cuja memória feminina é reverenciada. Nas palavras da autora “optei por fazer um retrato de minha mãe para falar de todas as mães que foram confrontadas com o extermínio de seus filhos”³. Em *Nossa Senhora do Nilo*, encontramos um romance cujas mulheres também surgem como protagonistas de suas histórias; meninas jovens, entre 17 e 18 anos, personagens inspiradas naquelas que compartilharam dolorosas experiências vividas pela autora no *Lycée Notre Dame de Citeaux*; que padeceram situações de discriminação e ódio cotidianos. Ainda nessa obra,

³ Entrevista concedida à organização da Festa Literária de Paraty (Flip) em 2017, realizada entre 26 e 30 de julho daquele ano. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KW9Gw5g_TV. Acesso em: 15 fev. 2024.

quando os líderes do poder hutu tomam conta do Colégio, o universo fechado em que as alunas têm de viver torna-se o teatro de lutas políticas e de incitações ao crime racial.

O livro *Um belo diploma* continua trazendo as memórias de sua cidade natal, em Ruanda, construindo e reelaborando as presenças e as vozes de seus pais, irmãos, irmãs, vizinhos, amigas, colegas de escola. Um a um, esses personagens ganham rosto, existência, cores, roupas, utensílios, apetrechos de uso cotidiano: cada um e cada uma surgem diante de nós com riqueza de detalhes, voltando à vida através de uma escrita que respeita uma miríade de elementos em universos que se entrelaçam e, ao mesmo tempo, mantêm suas singularidades. Entre todas as personagens, é Cosmas, pai de Scholastique, que nos é apresentado em toda a fulgurância e lampejo:

Eu posso rever papai, sentado em sua cadeira reclinável, cansado, sem dúvida envelhecido, ainda mais magro do que quando eu o tinha deixado, mas sempre muito digno. Ele estava, como de costume, vestido com seu *pagne* curto, amarrado na cintura: o *pagne* longo era para a missa do domingo. Uma caneta à vista no bolso de sua camisa, um caderno posto sobre seus joelhos com o registro meticuloso de suas vendas, ou seria talvez – aqui minha memória hesita – a Bíblia da qual ele tanto se orgulhava, presente dos missionários do tempo em que ele era o responsável pela Legião de Maria em Nyamata? Se fecho os olhos, sua silhueta inevitavelmente evoca para mim a de Gandhi (Mukasonga, 2020, p. 190).

A nosso ver, esse modo de retecer as experiências através de relatos de si se relaciona às artes da existência, ou técnicas de si, tais como elaboradas por Foucault, uma vez que permitem definir as condições nas quais o sujeito “problematiza o que ele é, o que ele faz e o mundo no qual ele vive” (Foucault, 1985, p. 49)⁴. Elas engendram práticas reflexivas e voluntárias por meio das quais os sujeitos podem estabelecer as regras de suas condutas, mas também podem procurar transformar a si mesmos, fazendo sua vida corresponder a critérios de estilo que transformam sua maneira de ver, o horizonte que conhecem e as possibilidades de afastamento de práticas e crenças impostas. Para Foucault (1985), é importante considerar as problematizações através das quais os sujeitos se abrem à reflexão crítica e transformadora (arqueologia), e também as práticas que permitem essas problematizações (genealogia).

⁴ Foucault (1994a) indica que as artes do viver dos gregos e romanos eram constituídas por técnicas de si, como a meditação, a escrita de si, a dieta, os exercícios físicos e espirituais, a parresía ou coragem da verdade, que envolvem o cuidado de si e do outro. Tais “formas experimentais de relação consigo mesmo e com os outros que envolviam a conquista do equilíbrio e da autotransformação cotidiana, de modo a agir com autonomia, experimentada como prática da liberdade e não como sujeição a práticas disciplinares” (RAGO, 2013, p. 44).

Em uma problematização feminista das contribuições de Foucault, Margareth Rago (2013) define os relatos de si (*récits de soi*) como uma prática emancipatória, no sentido de que os sujeitos que relatam sua experiência a um interlocutor se reinventam, costuram sua subjetividade a outras trajetórias, identificam conflitos, frustrações e vitórias, utilizando a narrativa (o relato oral ou escrito) como ferramenta política. Assim, relatar-se é uma experiência intensa de identificação e construção de outros modos de ser, pensar, agir e existir em prol da autonomia e emancipação, sobretudo quando tratamos de mulheres. Aqui é importante mencionar que entendemos a autonomia como um processo político e relacional que altera a posição do sujeito em suas redes de interdependência social e que modifica a forma como se dá a expressão e a percepção de quando e como construir confiança na própria experiência, descobrindo a validade e a legitimidade da própria trajetória de vida (Laugier, 2009).

Identificamos na obra de Scholastique Mukasonga a edificação de um espaço narrativo genealógico, no qual são elaborados os relatos de si, de uma mulher negra ruandesa, “que passa de suas primeiras tentativas tímidas a outras mais ousadas” (MACHADO, 2020, p. 108), e que reconfigura sua forma de vida a partir da apropriação de um plano traçado por aqueles que desejam seu sucesso e felicidade. Argumentamos que esse processo faz dela uma mulher transclasse, ou seja, alguém “que tenta avançar seguindo o caminho que escolheu para si” (Machado, 2020, p. 126). E mais, uma mulher negra, sobrevivente de um genocídio, que cuida de si através de sua escritura e, ao mesmo tempo, cuida dos outros e da redefinição dos vínculos sociais, desconstruindo o racismo e o preconceito como técnicas de controle que podem ser desafiadas.

Construir-se como transclasse na escrita

Passei metade da minha vida correndo atrás de um diploma. Não era, porém, uma tese de doutorado, dessas que se desenvolvem durante a vida inteira e por fim coroam uma brilhante carreira universitária: não, era apenas um modesto diploma de assistente social. (Mukasonga, 2020, p. 5).

O livro *Um belo diploma* é dedicado ao pai de Scholastique Mukasonga, chamado Cosmas, que, segundo ela, empenhou todos os seus esforços para que ela estudasse e obtivesse um diploma a fim de salvá-la da morte à qual os tutsis pareceriam destinados. O diploma é descrito por Cosmas como um “talismã”, “um passaporte para a vida”, um “papel mágico” que simbolizava não apenas a construção de um lugar no mundo para

ela, mas também a possibilidade de construir um abrigo, um refúgio para proteger sua família, assegurando-lhes uma sobrevivência digna por meio do trabalho que, sem dúvida, conquistaria através desse tão sonhado documento.

O dia tão desejado da entrega do diploma enfim chegou. Eu ia mesmo possuí-lo, esse famoso papel, e esse seria o meu, em meu nome, nada menos do que para mim, eu poderia tocá-lo, desdobrá-lo, exibi-lo sob os olhares dos incrédulos que por um instante duvidaram das minhas capacidades. Seria a minha salvaguarda, meu salvo-conduto nos perigos desta vida, meu verdadeiro passaporte: a única prova de que, em alguma parte do mundo, eu existia (Mukasonga, 2020, p. 46-47).

A saga da obtenção do diploma e da busca incansável por um emprego na administração burundiana é permeada pelas lembranças de casa, pelos cacós de memórias trazidos ao longo da narrativa e que nos apresentam o cotidiano dos pais, irmãos, amigos e conterrâneos da cidade de Gitagata. A crença de que a posse do diploma, por si só, abriria todas as portas a Scholastique (como refugiada ruandense) foi enfraquecendo diante das inúmeras situações em que o preconceito, as assimetrias de classe e, sobretudo, a sombra do ódio aos tutsis avançavam por todo o país.

[...]o importante era poder finalmente exercer essa profissão pela qual eu tanto batalhei e à qual eu sabia que era destinada. Eu já me via assistente social em Kirundo, bem no norte do país, nas proximidades da fronteira ruandesa, ali onde Murara, o bom hoteleiro ruandês, acolhia, com uma hospitalidade incansável, os refugiados que, como meu irmão e eu, tinham conseguido cruzar a fronteira. Gitagata, meus pais, minha família estavam a apenas uma noite de caminhada pelos arbustos e eu sonhava, em uma noite sem lua, em me esgueirar pela mata espinhosa e encontrá-los por algumas horas. Os primeiros raios da manhã logo dissipavam essas ilusões (Mukasonga, 2020, p. 87).

A maneira como Scholastique transforma sua escritura em um exercício reflexivo revela que seu trabalho como narradora aproxima a narrativa de vida da escrita de si, ressaltando processos de subjetivação associados à reflexão crítica acerca de acontecimentos identificados como opressores. A autodefinição se articula à criação de uma narrativa entendida aqui “como uma forma de escrita criativa, um espaço em meio ao qual o sujeito pode se reinventar e criar uma intriga, na qual ele se coloca ou ali coloca outros atores e assume a voz de um narrador” (Machado, 2020, p. 68). Nesse trabalho de elaboração ética permanente, Scholastique vai nomeando as desigualdades que marcam seu caminho e, ao mesmo tempo, descreve suas táticas para tornar possíveis outras formas de ser e estar em um mundo marcadamente hierárquico e assujeitante.

Eu não conhecia ninguém em Bujumbura. Ninguém que pudesse, tal como um bom mágico, me dizer: “Siga-me, eu sou poderoso o bastante para lhe oferecer um trabalho”. Ai de mim, eu não tinha, como se diz corriqueiramente, nenhum “pistolão”. Em uma tentativa desesperada, decidi rondar os ministérios e os escritórios das organizações internacionais, o canudo do meu diploma debaixo do braço. Eu não podia me dar ao luxo de ser tímida. Se eu soubesse o que era um homem-sanduíche, eu teria sem sombra de dúvida fixado nas costas meu diploma com a inscrição: *Jovem diplomada procura trabalho*. Eu abordava descaradamente qualquer transeunte. [...] Na maior parte do tempo, o interpelado me repelia sem cerimônia, outros, supondo que se tratava de uma forma nova e mais sofisticada de mendicância, me ofereciam uma moeda que eu recusava com os olhos marejados, alguns inequivocamente flertavam e me convidavam para segui-los (Mukasonga, 2020, p. 91).

A elaboração de si enquanto mulher transclasse realizada por Scholastique considera muito mais a centralidade da afirmação autônoma e relacional de sua identidade do que a alteração de seu status econômico. Essa autodefinição autônoma requer a instauração de um espaço “no qual o indivíduo que escreve possa se conceder uma breve pausa na angústia inerente a todo ser humano, em sua busca incessante daquilo que possa explicar a razão de sua vida” (Machado, 2020, p. 68). Tal intervalo aberto na experiência do sofrimento pode ser o espaço de trabalho do luto, de elaboração da perda, de revisitação de escombros e vestígios necessários à contínua operação da rememoração e da nomeação do trauma.

Traduzir um trauma em palavras é, no caso de Scholastique, mote para sua escrita, para a escrita de si mesma e para a recomposição da rede de relações que torna possível a continuidade de sua existência. A partir desse olhar, busca-se menos o relato dos acontecimentos traumáticos e mais as maneiras de evidenciar as dificuldades de produzir esse relato, uma vez que os acontecimentos resistem à apreensão, e aqueles que não vivenciaram a dor da perda também resistem à sua compreensão. Quando, em 2014, ela vai a Ruanda para participar de uma cerimônia relativa ao vigésimo aniversário do genocídio, o trabalho do luto é assim explicitado:

Eu, que acreditava, graças à escrita, ter tomado a dianteira e assumido o controle da minha história, fui apanhada de repente pelo sofrimento tão vivo, creio, como há vinte anos, quando recebi a carta com a lista dos trinta e sete nomes, os dos membros da minha família que tinham sido assassinados. Naquele momento, eu não fui capaz de chorar, mas em meio aos meus, a essa multidão portadora de um luto que é o oposto do esquecimento, pude chorar com os outros, com todos aqueles que ocupavam as arquibancadas acima, abaixo de mim, com o estádio inteiro, pude chorar em silêncio, [...] lavar-me desde o interior de todo esse remorso de ainda estar aqui, viva, apoiando-me em todos aqueles que lá estavam, ao meu lado, que me sustentavam na mesma dor para não desmoronar (Mukasonga, 2020, p. 168).

Um belo diploma revela como os pais de Scholastique Mukasonga tentaram impulsioná-la a estudar e alcançar uma posição que permitisse a ela ter uma linha de fuga, um escape da precariedade e da morte. Evitar, a todo custo, o mesmo “destino” dos pais e também de todos os tutsis em Ruanda, que sempre foram tratados com desprezo e desdém. Sob esse aspecto, o ato de ser ou de tornar-se um sujeito transclasse pode tanto envolver “um desejo de transgredir as normas impostas pelo núcleo familiar que podem cristalizar-se na mente do indivíduo, tais como leis divinas” (Machado, 2020, p. 105), quanto pode evidenciar o processo de apropriação, de modelagem e de desenvolvimento autônomo de um plano inicialmente criado para “salvar” o sujeito de um malfadado destino. Cosmas, pai de Scholastique, havia muitas vezes “arrastado” a filha para a escola, pois sabia que, como tutsi, ela enfrentaria o dobro de dificuldades para conquistar um diploma. Nesse segundo caso, os fatos repetidos e aprovados por um determinado grupo social também orientam o desejo de transgredir, mas essa transgressão se apresenta como o desejo e o plano de toda uma família, projetado em expectativas que “pesam” sobre a filha ou o filho que é compelido a realizá-las. Na narrativa de Scholastique, o projeto traçado pelos pais é por ela abraçado de tal forma que nenhuma alternativa poderia ser admitida como igualmente boa.

Foi então que me lembrei... Não, não era uma lembrança, era uma voz, a do meu pai, a da minha mãe, uma e outra confundidas, tenho certeza de tê-las escutado, essas duas vozes que eram uma só. Falavam comigo sem me consolar, sem apagar minha dor, mas a transformavam em uma força que brotava no âmago do meu desespero e repelia as potências da Morte: “Você seguiu o caminho que traçamos para você”. A escola, o exílio, o diploma, eu queria acreditar que eles tinham pressentido tudo isso, previsto tudo isso, que eu só precisava me deixar ser guiada: eles me seguravam pela mão. Era sem dúvida uma história muito bonita, a ilusão de um mito que eu me forjara a mim mesma para sobreviver. [...] E não ousou perguntar a mim mesma: não havia nada melhor a fazer do que ficar obcecada correndo atrás de um pedaço de papel? (Mukasonga, 2020, p. 158-159).

Tornar-se um sujeito transclasse, neste caso, envolve colocar-se na encruzilhada dessas duas rotas: aquela traçada por pais previdentes e aquela que efetivamente vai ser construída protagonicamente pelo sujeito, a partir de suas escolhas, de seus valores éticos, da centralidade que sua experiência e sua condição autônoma possuem em cada situação enfrentada. Por isso mesmo, Machado afirma que tornar-se transclasse não se restringe apenas a um processo de ascensão financeira, mas envolve observar como os sujeitos conseguiram elaborar práticas de liberdade, escapando a arranjos familiares

controladores e moralmente violentos, mas também escapando aos determinismos de gênero, que reduzem a autonomia das mulheres e reafirmam constantemente seu pertencimento ao lar e à manutenção do bem-estar da família. Scholastique Mukasonga (2020, p. 129) empreende uma busca incansável por um emprego que faça juz à trajetória que construiu no âmbito acadêmico, pois a ele associava sua dignidade e sua autodefinição: “estava persuadida de que, pela honra do meu diploma, eu não podia me contentar em ser dona de casa”.

Flávia Biroli (2013) argumenta que as mulheres sofrem vários constrangimentos em relações de poder assimétricas, o que faz com que as escolhas que possuem sejam vistas não apenas como um fator de interação entre o indivíduo e as alternativas socialmente disponíveis, mas como um “desdobramento complexo dos padrões de socialização, das relações nas quais os indivíduos estão posicionados e de como, dados esses padrões e essa posição, configuram-se suas ambições, o horizonte das possibilidades de ação e, de modo mais geral, sua capacidade de autodeterminação” (Biroli, 2012, p. 16). Por mais que todas elas estejam submetidas a fortes desigualdades, cada uma vai encontrar modos de lidar com as contingências e encontrar saídas, percursos e modos singulares de configurar sua autonomia a partir de suas próprias experiências e táticas de enfrentar poderes opressivos. “As marcas de gênero não podem ser evitadas, mas o modo como o gênero marca uma vida individual é específico e variável” (Biroli, 2013, p. 89).

Como veremos adiante, Foucault associa a autonomia como a capacidade de construir uma atividade autocrítica e de distinção entre exercícios de poder que inibem a autotransformação e aqueles que a permitem. Assim, a autonomia “não consiste em atrelar-se livremente ao que nos é indicado como uma necessidade sob a forma de uma norma moral, mas de questionar e adaptar livremente o que nos é apresentado como necessário” (Allen, 2011, p. 50). Para Amy Allen, Foucault nos oferece uma perspectiva peculiar acerca da condição do sujeito: ele é, ao mesmo tempo, constituído por relações de poder e capaz de desafiá-las em uma constante autotransformação autônoma em contextos de interação mútua.

O processo de tornar-se transclasse abrange várias dessas marcas de gênero. Uma delas, central na vida das mulheres que optam pelo casamento, é a decisão de configurar uma forma de vida partilhada, dentro de um regime conjugal que altera o estatuto social e jurídico dos envolvidos. Para Scholastique, casar-se com um funcionário público

francês alterou vários aspectos de sua legibilidade social: ter um passaporte que lhe permitiu a mobilidade para a França foi, em vários momentos, o refúgio necessário para não sucumbir às políticas de morte. Entretanto, como ela mesma afirma, “com ou sem passaporte francês, eu continuava sendo a filha de Cosmas, uma *inyenzi*, uma barata” (2020, p. 189).

Nas veredas do Kirimiro – como é chamada a região de Gitega – às vezes temos encontros improváveis. No meu caso, foi lá que encontrei meu marido. Com uma equipe de pesquisadores burundianos, ele recolhia junto aos anciãos as tradições relativas à história do Burundi. Ele fora nomeado conselheiro do Ministério da Cultura e era um desses jovens franceses que tinham escolhido o que à época era chamado de Serviço Nacional Ativo, válido como serviço militar obrigatório. [...] No âmbito do departamento do Centro de Civilização Burundiana, ele se ocupava dos dois museus do país e da coleção de tradições orais. Sobre o gramado da nossa pequena casa no bairro francês de Bujumbura, os dançarinos ruandenses *intore* vieram celebrar nosso casamento. Em Bujumbura, por algum tempo, parei de trabalhar para criar meus filhos, dois meninos! (Mukasonga, 2020, p. 108).

Quando os dois filhos de Scholastique cresceram e foram matriculados em uma escola francesa do Djibouti (país localizado no nordeste da África), ela decide retomar suas buscas por uma vaga de emprego ligada à assistência social. Muitas vezes, ao percorrer os corredores e gabinetes dos prédios das administrações públicas e dos ministérios, ela era recebida por um funcionário que desconhecia o Burundi (país onde ela obteve o diploma) e que menosprezava o título de assistente social.

No Djibouti, essa profissão não era necessária. As mulheres eram todas devotadas ao marido, sabiam cozinhar, criavam corretamente os filhos. O que mais podíamos ensinar-lhes? É verdade, algumas jovens foram mandadas a Dakar para uma formação de seis meses. O que mais lhes ensinaram? A fazer faxina? Não tinha sido muito útil para a República (Mukasonga, 2020, p. 125).

Como mencionamos acima, por mais que o projeto de modelagem de uma nova forma de vida se origine pelo desejo dos pais, são os filhos que, após passarem por duras provações, vão tecendo as tramas e redes que sustentarão suas posições de sujeito e suas identidades. De acordo com Machado (2020), o sujeito transclasse faz uma passagem, uma transição de uma posição a outra, contrariando expectativas e aproximando-se hierarquicamente daqueles que são valorizados como dignos de reconhecimento e estima. No caso de Scholastique, não apenas os preconceitos de raça, gênero e classe se transformam em opressões, mas também sua condição de exílio, que traz vulnerabilidades ligadas ao desamparo institucional, à fragilidade de uma condição em

que ela frequentemente não alcança consideração como cidadã digna de respeito e reconhecimento.

Sem dúvida foi no Djibouti que se afirmou em mim o sentimento profundo da minha identidade: eu era e permaneceria, o que quer que me acontecesse, ou onde quer que eu estivesse, africana. Em Ruanda, eu era tutsi, uma estrangeira em meu próprio país, uma barata em liberdade condicional; no Burundi, uma exilada, em qualquer lugar do mundo, uma apátrida segundo a ACNUR (Mukasonga, 2020, p. 131-131).

Interessa-nos pensar a seguir como a experiência transgressora de tornar-se transclasse pode modelar ativamente experiências, reconfigurando vulnerabilidades em resistências e em práticas transformadoras. Assim, acreditamos que a construção de uma identidade transclasse está ligada à travessia necessária à abertura de “um caminho para uma política de emancipação” (Machado, 2020, p. 123). Tornar-se transclasse é, a nosso ver, uma técnica de si voltada para a elaboração de práticas de liberdade que definem e modelam as texturas morais particulares que orientam questionamentos, reflexões, comportamentos e decisões.

A partir do diálogo com Foucault e com autoras feministas que utilizam seus conceitos para pensar as potencialidades das técnicas de si para a emancipação das mulheres, buscamos refletir acerca da escrita de si enquanto prática de liberdade e de autonomia. Escritas de si, também entendidas como relatos de si, fundamentam-se na aposta sobre um “eu” capaz de realizar uma modificação profunda de sua conduta individual e que desenvolvem aptidões que o amparam na elaboração de atitudes que poderiam interferir em situações pontuais, bem como em mecanismos institucionalizados, como o racismo e a violência de gênero.

Técnicas de si e relatos de si como práticas de liberdade

Entre os anos de 1978 e 1984, Foucault (1994a, b e c; 1983) se dedicou a refletir acerca dos cuidados e das técnicas de si e de sua importância para uma recusa às técnicas de controle e aos modos de ser submetido a relações de poder. Ao apostar que as técnicas de si poderiam fraturar os dispositivos de controle das vidas e dos corpos, Foucault sugere que os modos como agimos sobre nós mesmos abrem uma possibilidade reflexiva para pensarmos sobre quem somos e como queremos ser.

No quarto volume da obra *Ditos e Escritos*, Foucault afirma que, apesar de ter concentrado grande parte de seus estudos nos dispositivos de vigilância e nas técnicas de controle dos corpos e das vidas, seu interesse estava concentrado naquele momento sobre “a interação existente entre o ‘eu’ e os outros, e sobre as técnicas de dominação individual, sobre o modo de ação que um indivíduo exerce sobre ele mesmo através das técnicas de si” (1994a, p. 785). As técnicas de si são definidas por Foucault como práticas sociais, culturais e históricas que interagem com técnicas de produção de objetos, técnicas dos sistemas de signos (que permitem a produção de sentido e de significação) e tecnologias de poder (que determinam condutas e objetivam o sujeito). Tais técnicas operam de maneira entrelaçada, mas cada uma delas se associa a um tipo de dominação que suscita “certos modos de educação e de transformação dos indivíduos, na medida em que não se trata apenas de adquirir determinadas aptidões, mas também de adquirir determinadas atitudes” (Foucault, 1994a, p. 785). Na interseção entre essas técnicas, os indivíduos vão moldar-se de forma ética e estética, efetuando “sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seu modo de ser, de se transformar a fim de alcançar um estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade” (Foucault, 1994a, p. 785).

É preciso deixar claro aqui que um sujeito, para Foucault, não inventa as artes de modelar a si mesmo que emprega, uma vez que elas são sugeridas e impostas sobre ele por sua cultura, sociedade e grupos de pertencimento. A relação reflexiva consigo é marcada pela experiência e pela experimentação trazidas pelo conhecimento, pelas práticas cotidianas e pelas relações de poder historicamente e coletivamente definidas.

Em uma entrevista concedida à TV5 em outubro de 2021⁵, Scholastique comenta acerca de como seu processo reflexivo se relaciona a escrever sobre si mesma, mas também sobre todo o sofrimento de seu povo:

Se meus livros, e particularmente *Inyenzi*, *La femmes aux pieds nus*, *Un si beau diploma*, são de fato autobiográficos, eles testemunham, além de minha história pessoal, por todos aqueles que, por serem tutsis, foram deportados, exilados, massacrados. Não foi para sentir pena de mim que comecei a escrever, mas porque minha história singular poderia testemunhar o destino trágico de um povo inteiro. (Mukasonga, 2021, online)

5

Ver: <https://information.tv5monde.com/terriennes/scholastique-mukasonga-fiere-de-la-place-exceptionnelle-des-femmes-au-rwanda-424481>, acesso em 14/03/2024.

A noção de experiência em Foucault é muito importante para entendermos sua noção de “técnicas de si” e a consciência reflexiva que ela requer para empreender uma transformação na trajetória de vida de um sujeito. Tais técnicas dizem da recusa a um determinado “modo de ser” e de viver imposto hierarquicamente: elas produzem uma experiência que requer o questionamento “do estatuto de sujeito no qual nos encontramos” (Foucault, 2019, p. 35). Não há criação de si fora das normas e enquadramentos que orquestram e definem as formas possíveis que um sujeito pode assumir. Contudo, a normatividade não permanece invulnerável frente ao que Foucault define como “criação de si”, ou técnicas de si, ou seja, um trabalho constante e crítico de redefinição de quem somos diante da recusa das identidades que nos são socialmente impostas.

Toda a trajetória relatada por Scholastique Mukasonga em *Um belo diploma* está permeada por episódios nos quais ela precisa lidar com enquadramentos preconceituosos e imagens de controle que reduzem as probabilidades de ela criar e desenvolver outras alternativas para sua vida, diferentes daquelas supostamente já destinadas a ela. Como nos indica Machado (2020), ser uma mulher transclasse envolve ter a coragem de identificar os aspectos e dispositivos de poder que limitam a autorrealização e, ao mesmo tempo, de criar mecanismos de ação que permitam, de maneira situada e conectada com as especificidades que cercam as condições de cada uma, a ação emancipatória necessária ao cuidado de si.

Eu chegava a odiar esse diploma e acusava a irmã Mariette e os professores de terem me enganado, de não terem me prevenido que meu diploma tinha tudo de um diploma válido e, no entanto, não me dava as mesmas chances que as minhas colegas burundianas (Mukasonga, 2020, p. 90).

Foucault afirma que o “cuidado de si” implica a consideração progressiva de si, o controle por meio do qual não se renuncia à realidade, mas “prepara o indivíduo para enfrentar a realidade desse mundo de agora, servindo-se de um conjunto de práticas por meio das quais ele pode construir um princípio de ação permanente” (Foucault, 1994a, p. 800).

É importante destacar que o argumento de Foucault acerca da potencialidade autônoma da transformação de si não se refere a um sujeito independente, fora da sociedade ou de relações e de poder. Em primeiro lugar, as práticas e técnicas de si não são inventadas pelos sujeitos, mas “são esquemas que eles encontram em sua cultura e

que lhes são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (Foucault, 1994b, p. 719). Em segundo lugar, o cuidado de si aparece como uma intensificação das relações sociais: não se trata de renunciar ao mundo e aos outros, mas de modular diferentemente a relação com os outros pelo cuidado de si. A obra tardia de Foucault nos convida a refletir sobre a plasticidade dos modos de vida como matéria-prima para a produção de transformações éticas. Ao definir a noção de “cuidado de si”, ele revela como a intersubjetividade desempenha papel central no “trabalho de si sobre si mesmo”: “o cuidado de si é ético em si mesmo, porém implica relações complexas com os outros, uma vez que esse *ethos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros” (Foucault, 2014, p. 271).

Pesquisadoras feministas como Amy Allen (1996, 2011), Margareth McLaren (2016), Margareth Rago (2017, 2019) e Johanna Oksala (2013, 2019) elaboraram abordagens que evidenciam como a perspectiva de Foucault pode contribuir para o pensamento das formas de “transformação de si” centradas no gênero em uma perspectiva interseccional. Elas afirmam que os conceitos de “técnicas/cuidado de si, subjetividade, transformação social e individual e autonomia relacional são ótimas lentes para abordar os feminismos contemporâneos”. Segundo a leitura que fazem dos textos tardios de Foucault, as técnicas de si não buscam a verdade de si na interioridade, mas incitam os indivíduos a examinarem os próprios passos para adquirirem uma firmeza de orientação. Trata-se de assumir o controle da própria vida, de tornar-se sujeito de si mesmo pelo trabalho de reinvenção da subjetividade possibilitada pela autoria do próprio *script*, a partir de uma relação específica do indivíduo consigo mesmo, o que supõe ainda a prática política da coragem da verdade⁶ e da liberdade.

A liberdade e a emancipação em Foucault consistiriam em uma operação do sujeito sobre si mesmo, que governaria sua própria conduta (Ferrarese, 2006). Segundo Allen (2011, p.44), Foucault define a capacidade de autotransformação como capacidade para a autonomia, sendo que a autonomia é entendida como a dupla capacidade de refletir criticamente sobre as relações de poder-conhecimento que constituíram a subjetividade de alguém e engajar em práticas de autotransformação. A autonomia

⁶ A proposição de Foucault (1994a) está intimamente atrelada à noção de *parresía*, ou seja, de um sujeito que assume o risco de falar a verdade, expressando o que realmente pensa e conectando-se ao enunciado e à enunciação de modo a não só produzir efeitos sobre os outros, mas a afetar o objeto da enunciação, produzindo uma transformação existencial. A coragem de dizer a verdade é uma técnica de si, pois é uma prática relacional de construção subjetiva como um trabalho ético-político e estético.

seria, assim, a dupla capacidade para a reflexividade crítica e a autotransformação deliberada.

Para Rago (2019), McLaren (2016) e Allen (2011), as técnicas de si ensinam o indivíduo a estabelecer seu padrão de valores para que ele possa começar o trabalho paciente de mover-se entre esse padrão e o mundo em que vive. Não seria a criação e proposição de um código ético universal a ser internalizado como consciência, mas a criação de relações consigo e com os outros que possam fornecer um contexto imediato de reconhecimento desses valores em uma comunidade. Dito de outro modo, uma técnica de si “convoca um trabalho sobre si, entendido esse ‘si’ não propriamente como uma instância substantiva, personológica ou universal, situada por trás do sujeito, ou um núcleo imutável, mas como uma potencialidade relacional, uma zona de constituição da subjetividade” (Pelbart, 2013, p. 232). Sob esse aspecto, as técnicas de si parecem ter sido concebidas para ampliar as possibilidades de invenção de condutas capazes de transformar e redefinir o campo de ação possível, tanto para si como para os outros, em uma dinâmica de autoconstituição existencial e política.

Relatos de si e elaboração da autonomia política e relacional

Elaborar e oferecer um relato de si mesmo não se reduz a narrar acontecimentos somente, mas implica um ato de expor o *logos* (pano de fundo racional e valorativo) que sustenta um modo de vida, além de um posterior retorno a si mesmo. O relato de si, de acordo com Butler (2015), convoca um trabalho sobre si, entendendo esse si não como uma instância substantiva, ou um núcleo imutável, mas como uma potencialidade relacional, uma zona de constituição da (inter)subjetividade. Nesse sentido, o relato de si reestrutura e redefine o campo de ação possível, tanto para si como para os outros, em uma dinâmica de autoconstituição existencial e política: “há uma estética da enunciação, que se abre a algo de novo e permite emergir a potência do sujeito e o sujeito em sua potencialidade” (Butler, 2015, p. 199).

O relato de si é uma ação voltada, ao mesmo tempo, para a autorrevelação, a autotransformação e configuração dos termos e esquemas de inteligibilidade que definem quem fala e para quem fala. Quando agimos e falamos, não só nos revelamos, mas também agimos sobre os esquemas de inteligibilidade que determinam quem será o

ser que fala, sujeitando-os à ruptura ou revisão, consolidando suas normas ou contestando sua hegemonia (Butler, 2015, p. 167).

Por meio do relato de si a experiência interior torna-se uma experiência social, matéria constitutiva da existência autônoma do indivíduo como sujeito social. Uma das dimensões da autonomia, segundo Rago (2013), consiste em mostrar que o indivíduo age como sujeito político quando é capaz de negociar com os outros as condições de sua existência. Ao contrário das concepções liberais que valorizam a individualidade como única força emancipatória (vencer por si mesmo, por mérito), Rago destaca que a capacidade de construir e conduzir a própria história não é algo que se conquista isoladamente.

Com relação ao domínio da experiência, Biroli (2013) argumenta que, mesmo considerando as limitações impostas às escolhas dos sujeitos, é possível sustentar que as opções de ação que a eles se dispõem valorizam sua experiência. É preciso, segundo ela, “reconhecer e valorizar experiências que não estão contidas na dominação e que poderiam ser, assim, reveladoras da agência de indivíduos dominados – naquilo que escapa justamente aos padrões e moldes socialmente estabelecidos, com seus efeitos restritivos” (Biroli, 2013, p.102).

Diante disso, acreditamos que a trajetória de um sujeito transclasse é marcada por um jogo delicado entre a identificação de constrangimentos à ação e a definição de possibilidades de ação a partir da valorização de experiências interseccionais que não são totalmente identificadas pelos padrões de dominação (Biroli, 2016; Oshana, 2003). Dito de outro modo, a saga de um sujeito transclasse entrelaça-se à elaboração de sua autonomia e refere-se tanto às condições em que escolhas são feitas, quanto à autodeterminação e autodefinição dos sujeitos, revelando como lidam, em sua experiência concreta, com assimetrias de poder e barreiras impostas à sua emancipação.

Scholastique Mukasonga narra com detalhes os obstáculos encontrados na França para ter seu diploma reconhecido e para ser considerada como profissional digna de ocupar um cargo ligado à sua formação. Um dos casos nos chamou a atenção: ao ser recebida com impaciência e certo desdém pelo diretor do Instituto de Formação de Trabalhadores Sociais (IFTS), Scholastique relata que ele sugeriu que ela procurasse um conselheiro da *Agence Nationale pour l'Emploi* (ANPE), uma vez que ela havia “chegado tarde” para o concurso público destinado à seleção de assistentes sociais: “Você tem a possibilidade de se direcionar para profissões mais acessíveis, que não requerem

concurso. O conselheiro lhe orientará, não tenho dúvidas, para empregos que poderão atender às suas expectativas” (Mukasonga, 2020, p. 143).

A chegada à ANPE e os encaminhamentos que foram dados à sua demanda, confirmam o olhar preconceituoso direcionado à “exótica africana” que se dizia portadora de um diploma de assistente social. A Conselheira que a atendeu, exasperada com “a presença de uma pessoa de origem africana” no grupo de demandantes de emprego, lhe pergunta o seguinte:

- Mas você sabe ao menos o que é uma assistente social? E qual formação é preciso ter? Você poderia vislumbrar algo mais acessível para você. Veja, uma vez que você parece querer se orientar para essa área, você poderia se tornar assistente domiciliar, é algo que poderia lhe convir. Não será difícil para você encontrar uma vaga, você parece motivada para trabalhar, você é, como bem disse, mãe de família e tem um ótimo domínio do francês. Esses são os trunfos que você deve desenvolver e valorizar (Mukasonga, 2020, p. 145-146).

A conselheira estava convencida de que a profissão mais conveniente a ser exercida por Scholastique era a de empregada doméstica, o que evidencia como a construção social do racismo pode se dar a partir da imposição de “imagens de controle” (Collins, 2019, p.45), ou seja, imagens “negativas da condição de mulher negra promovidas pelos brancos, sustentando práticas sociais discriminatórias”. Para Parícia Hill Collins, mulheres negras desenvolvem processos de autodefinição para reformular o lugar ocupado pelos saberes e experiências de matriz africana em suas trajetórias de modo a lutar contra imagens de controle centradas no aparato conceitual e nos regimes de visibilidade dos grupos dominantes.

Scholastique, no entanto, não se rende ao papel depreciativo que as imagens de controle lhe oferecem: ela afirma que “estava decidida a tentar tudo, mesmo o impossível, para ser inscrita no próximo semestre do IFTS” (2020, p. 146) e obter um diploma válido na França. Em sua saga incansável, ela se afirma com a capacidade de criar, de ser capaz de produzir alternativas, de inventar outras possibilidades e linhas de fuga que projetem seu futuro em devir, como possibilidade aberta, como um aparecimento autônomo e, portanto, como uma prática de liberdade. De posse do endereço do Ministério dos Serviços Sociais e Sanitários da França, Scholastique se endereça à então Ministra:

Redigi então uma longa carta que considere irrefutavelmente argumentada endereçada à própria ministra, suplicando-lhe que viesse em meu socorro e

afirmando que seria de fato uma pena se a França rejeitasse os serviços de uma pessoa tão motivada e competente como eu e com experiência no âmbito das mais importantes organizações internacionais. Com mão firme, postei minha retórica. Positiva ou não, estava certa de que teria uma resposta. Nunca supus precisar dizer a mim mesma “eu deveria”. Eu achava que não tinha nada a perder, o único risco era ganhar (Mukasonga, 2020, p. 147).

A resposta da Ministra veio em poucos dias: deveria ser realizado um concurso unicamente para avaliar Scholastique. É diante disso que percebemos como a autora construiu uma nova realidade para si mesma, que não se resume à superação, mas que reinventa a própria experiência a partir de um cuidado consigo mesma que envolve autodefinição e emancipação, desde a infância concebida como uma operação vital contra o racismo, contra o ódio e a estagnação. A força mais poderosa contra a política de morte permanece sendo a capacidade de fabular outros imaginários, outros arranjos e táticas possíveis.

Em outubro de 1993, portanto, ingressei como aluna no IFTS de Hérouville-Saint-Clair. Eu era a única africana da minha classe e a única do estabelecimento. A maior parte dos meus colegas tinha vinte anos a menos do que eu, o que me deixava um pouco envergonhada, na véspera dos meus quarenta, retornar aos cadernos, me adaptar às regras escolares, sentar nos mesmos bancos que aquelas que poderiam ser minhas filhas. Mas, apesar da minha idade e a despeito ou não em razão do meu exotismo, não tive nenhuma dificuldade em me integrar (Mukasonga, 2020, p. 155).

Segundo Machado (2020, p.245), o relato de si deixa entrever não apenas características da sociedade na qual o sujeito se desenvolve, mas também o trabalho ético de alinhar uma narrativa de vida em meio a forças e relações de poder geralmente opostas e em constante conflito. “E tal narrativa, principalmente no caso dos sujeitos transclasses, situar-se-á na encruzilhada de duas lógicas contraditórias, que devem ser geridas pelo sujeito-que-se-conta: a força de seu desejo e sua necessidade de socialização.” Assim, o processo que conjuga a transição para transclasse com a autonomia envolve, em um primeiro plano, a questão que seria “saber quais são os recursos, materiais e simbólicos, disponíveis no processo em que os indivíduos se constituem como sujeitos de suas vidas” (Biroli, 2016, p. 44). E, num segundo plano, seria indagar-se acerca de como os sujeitos relacionam, montam e articulam esses recursos de modo a construir alternativas plausíveis aos obstáculos e problemas que diante deles se apresentam.

Acreditamos que é importante refletir acerca de como o processo de tornar-se transclasse para uma mulher refugiada negra foi marcado, nos relatos de *Um belo diploma*, pela tematização da inacessibilidade a um emprego digno. A maneira que Scholastique encontra de contornar o racismo e a ausência de reconhecimento social não pode ser reduzida a um discurso de superação, pois ele aciona imagens de controle que continuam sustentando o neoliberalismo e o controle biopolítico (que atua sobre coletividades e não apenas sobre indivíduos isolados) sobre as trajetórias de mulheres negras.

Em diálogo com o pensamento de Foucault (1980), Johanna Oksala (2019) lembra que o biopoder se divide nas práticas de regulação dos corpos individuais e nas práticas de controle de uma população (biopolítica). Ela destaca como o governo biopolítico dos corpos coletivos atua justamente na produção de aptidões e de atitudes que valorizam a emancipação, preservando, ao mesmo tempo, o controle sobre as possibilidades de ser e existir em sociedade (preservando a passividade). As técnicas disciplinares de si acentuam formas de controle e desigualdade através de discursos que valorizam a ideia de empoderamento e protagonismo, mas que não reduzem os empecilhos à autorrealização.

No plano da atuação das mulheres no mercado de trabalho, Allen (2015) e Oksala (2019) argumentam que a expansão da governabilidade neoliberal passa a produzir “um sujeito neoliberal feminino”, constrangido entre os lugares da “resistência/resiliência” de “vítima” ou de “empreendedora”. O reconhecimento social dessa mulher trabalhadora neoliberal estaria atrelado à sua capacidade criativa de destacar-se por seus méritos, de vencer o machismo e de atuar como empreendedora que configura seu projeto de vida, adaptando-o, não raro, mais às necessidades da governamentalidade⁷ racista e neoliberal do que às suas próprias.

Biroli (2018) ressalta que os esquemas valorativos e avaliativos aos quais as mulheres se submetem no contexto do trabalho designam categorias polarizadas entre

⁷ Utilizamos aqui o conceito elaborado por Michel Foucault (2014) e mencionado por Mariléa de Almeida (2022, p.35). Foucault fala da arte de governar a partir de práticas de controle sobre a população (biopolítica), da racionalidade administrativa e do controle das condutas individuais (poder pastoral). Mariléa menciona como a governamentalidade age sobre pessoas negras da seguinte maneira: “a governamentalidade racista se exprime de três formas: através da burocracia extrema (que dificulta a demanda por direitos), a exotização dos corpos e de práticas culturais (que afirma a desumanização) e o acesso muito precário às políticas públicas (que amplifica condições de vulnerabilidade). Em outras palavras, são criados mecanismos biopolíticos e de racionalidade neoliberal para perpetuar as desigualdades”.

pessoas vulneráveis e invulneráveis; pessoas de caráter firme e pessoas acomodadas à sua suposta fragilidade moral e física; pessoas independentes e confiantes, e pessoas cuja autonomia e confiabilidade são questionáveis, somando-se a isso uma habilidade precária para decidir e fazer escolhas (Ferrarese, 2016; Almeida, 2020). Contudo, devemos nos lembrar que:

A ideia de escolha pessoal efetivamente mascara os aspectos sistêmicos do poder – dominação, hierarquias sociais, exploração econômica – ao relegar aos sujeitos a liberdade de escolher entre opções diferentes, ao mesmo tempo em que nega qualquer possibilidade real de definir ou moldar essas opções. [...] Dentro desse quadro, o fato de que muitas mulheres escolham ser donas de casa ou dispensem oportunidades de trabalho mais exigentes e bem remuneradas é entendido claramente como sua própria escolha. Os impedimentos ao sucesso são pessoais ou psicológicos, e não políticos (Oksala, 2019, p. 134).

Como destacam Flávia Biroli (2008), Allison Cole (2016) e Marlise Matos (2015), as mulheres têm que fazer suas escolhas dentro de relações desiguais de poder e vulnerabilidade, nas quais imperam o patriarcado, o sexismo e as institucionalidades ligadas à valorização da família conjugal heteronormativa.

A nosso ver, o governo dos corpos (Fassin; Memmi, 2009), a capacidade de controlar comportamentos, modos de agência e possibilidades de ação passa pelo modo como um “feminismo neoliberal” apresenta um mecanismo biopolítico operando através das técnicas disciplinares de si. Tais técnicas alimentam-se da negação da vulnerabilidade e da exaltação da individualidade em detrimento da experiência coletiva da confiança enquanto produção de vínculos de apoio e partilha. As técnicas disciplinares de si incitam a autorregulação das mulheres através da construção de uma subjetividade confiante, desconsiderando as diferenças entre elas, as interseccionalidades que marcam cada uma delas, as forças sociais, políticas e econômicas que mantêm enraizadas as opressões e injustiças. A manutenção de tais técnicas evidencia uma dimensão central da governamentalidade biopolítica e da atuação das opressões normativas de gênero: a crença de que, apesar de sua vulnerabilidade, as mulheres “possuem controle completo de suas vidas, e que elas podem conseguir tudo aquilo que queiram com a ajuda dessa livre escolha” (Oksala, 2019, p. 135).

A trajetória transclasse de Scholastique Mukasonga, contudo, revela justamente o contrário: a explicitação de como sua condição de vulnerabilidade foi alterada quando

sua autorrealização foi construída através da criação de vínculos de reciprocidade, da coragem de dizer a verdade e de ser fiel a seus ideais, sem esquecer a importância de alimentar o pertencimento às suas várias comunidades.

Em *Vulnerability as Resistance*, Butler (2016) apresenta uma definição de vulnerabilidade distanciada de uma disposição ou característica subjetiva, ou mesmo uma condição existencial. Para ela, a vulnerabilidade nomeia um conjunto de relações com um campo de objetos, forças, processos vitais, instituições e seres que incidem sobre nós e nos afetam de alguma maneira. A vulnerabilidade assim entendida é relacional e nos revela um modo de estar no mundo que não mostra quem somos e que não se deixa controlar, agindo entre nossa passibilidade (somos afetados) e nossa capacidade de agência.

De fato, o “trabalho sobre si mesmo” do qual nos fala Foucault envolve uma dimensão transformadora (e não apenas de resistência) embora não exista uma natureza humana inerentemente livre, que foi aprisionada por mecanismos históricos, sociais e econômicos de repressão e que espera que as técnicas de si venham trazer a reconciliação consigo mesmo, restaurando sua autoconfiança e autoestima⁸. As práticas de liberdade estão relacionadas às técnicas de si e à sua capacidade de criar formas de vida transformadoras. Não se trata de libertar uma subjetividade reprimida, mas de criar práticas que vão desbloquear os modos através dos quais as subjetividades são codificadas discursiva, normativa e politicamente.

De acordo com Rago (2013, p.42), o interesse de Foucault seria pelas possibilidades de “invenção de novos modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo”. São as técnicas de si, ou tecnologias de autoformação que garantem o cuidado ao indivíduo e aos outros, tecendo entre eles formas de comunicação e troca recíproca de responsabilidade. Assim, a busca da liberdade na ética de Foucault é uma questão do desenvolvimento de formas de subjetividade capazes de funcionar como resistência autônoma aos poderes normalizadores, sobretudo aqueles que sustentam as economias neoliberais. Para Johanna Oksala (2013, p. 50), “a resposta feminista ao neoliberalismo não pode se limitar a uma questão de redistribuição econômica. Seria preciso apresentar questões

⁸ “Sabemos que as práticas de liberação não são suficientes para definir as práticas de liberdade que serão necessárias em seguida para que os indivíduos possam definir as formas aceitáveis de suas existências e de sua sociedade política” (FOUCAULT, 1994b, p. 110).

mais fundamentais sobre os limites dos mercados e da racionalidade econômica em um amplo debate político e moral”.

A trajetória que compõe os relatos de si feitos por Scholastique Mukasonga nos mostra que as vulnerabilidades que atravessam e configuram o percurso de vida de mulheres negras não podem ser entendidas como condição inata ou essencial, mas sim como resultado contingencial de experiências que mudam e se transformam dependendo das relações, das interações e das redes de contato e solidariedade que essas mulheres tecem em seu cotidiano. As vulnerabilidades são alteradas (aumentam, diminuem ou mesmo desaparecem) dependendo de como certas redes de apoio e amparo se articulam em torno delas – e de como elas também articulam redes e nelas se posicionam – de modo a permitir sua agência, e a definição de práticas de liberdade.

Considerações finais

Foi graças a meu pai que o francês, que ele não conhecia, tornou-se para mim essa segunda língua, que foi meu passaporte e minha salvação. Meu pai jurara que salvaria ao menos uma de suas crianças por meio da escola, e ele não se enganou (Mukasonga, 2020, p. 194).

Nosso intuito neste texto foi articular a noção de sujeitos transclasse à perspectiva foucaultiana das técnicas de si e das escritas de si, de maneira a ressaltar que a travessia envolvida no processo de tornar-se transclasse requer que o sujeito trabalhe ativamente suas experiências em prol da criação de práticas de liberdade. Essas práticas agem em prol da fabulação que contraria a ordem consensual, atestando a impossibilidade de fixar destinos e sua significação. Elas resultam das formas de questionamento aos modelos majoritários de tradução e acomodação da experiência, de alteração da função dos enunciados existentes, oferecendo condições afetivas, políticas e sociais para a transformação das vulnerabilidades e para outra experimentação das relações intersubjetivas e outra imaginação política. Foucault (1994a, p. 778) afirma que todas as suas análises tentam mostrar que não pode haver universalidade na construção de técnicas de si, pois as práticas de liberdade e o espaço de realização de escolhas dependem de negociações constantes, situadas e contingentes com a sociedade e suas instituições.

Em *Um belo diploma*, o gesto de relatar-se atua sobre a construção, o aprimoramento e o domínio de uma linguagem e de um vocabulário próprios para que

Scholastique possa moldar relacionalmente seu próprio mundo e as possibilidades que vêm com ele. A propriedade central do processo de relatar a si mesmo é comunicativa, pois o “eu” não é algo que possa ser separado de um contexto social no qual surgiu e, desse modo, ele está implicado em normas de caráter social (Butler, 2015). Assim, ao se propor fazer um relato de si mesmo, o “eu” acaba por falar também de algo que diz respeito à sua sociedade e à sua temporalidade. Uma vez que os sujeitos somente constituem um relato de si perante o outro, para o outro, esse outro não deixa de representar, em certa medida, a norma. Mas o outro que me constitui precisa me acolher, me reconhecer, me valorizar (e vice-versa), mesmo em meio às violências subjacentes a esse contato. E ainda: o autoreconhecimento de um sujeito transclasse associa-se à certeza da concretização de uma conquista, de um sonho, de um projeto que se antes era miticamente entendido como “profecia”, torna-se a saga experencialmente produzida em meio a escolhas reflexivas e concretas do sujeito politicamente autônomo:

Em Kinyarwanda, "muka" significa "mulher de" e "songa" designa o ponto mais alto da colina. Ao me dar esse sobrenome, meu pai também esperava que eu alcançasse um objetivo muito específico: sobreviver e perpetuar a memória da família. Durante toda a vida, meus pais lutaram para que isso acontecesse. Esta missão, compreendi-a quando comecei a escrever e transmitir ao mundo a história dos meus entes queridos assassinados. Percebi naquele momento que havia respondido à expectativa inicial de meu pai. Desde o genocídio de 1994, Mukasonga não é mais a filha do alto da colina, mas aquela que cumpriu a missão. (Mukasonga, 2019, online)⁹.

Nessa perspectiva, as práticas de liberdade referem-se a como uma mulher específica consegue construir relações de confiança em seu contexto específico, transformando as condições de vulnerabilidade que a cercam sem perder o contato com o comum que a conecta com os outros (Almeida, 2022). Dito de outro modo, o pensamento feminista aponta a necessidade de trazer as interpretações que as próprias mulheres produzem de suas experiências para o centro das reflexões acerca de como atuam as forças de poder e de como essas mulheres, enquanto sujeitos políticos, podem agir moralmente e eticamente contra os elementos prescritivos e determinísticos que lhes são impostos como únicas alternativas válidas para modelarem suas formas de vida.

Referências

⁹ Entrevista com Scholastique Mukasonga, publicada no Le Monde, em setembro de 2019. Ver: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2019/09/06/scholastique-mukasonga-mes-livres-sont-des-tom-beaux-de-papier_5507421_3212.html, acesso em 14/03/2024.

ALLEN, Amy. Emancipação sem utopia. **Novos Estudos Cebrap**, n. 103, 2015, p. 115-132.

ALLEN, Amy. Foucault on power: a theory for feminists. In: HEKMAN, Susan. (Ed.). **Feminist interpretations of Michel Foucault**. State College: Pennsylvania State University, 1996. p. 265-282.

ALLEN, Amy. Foucault and the politics of our selves. **History of the Human Sciences**, Thousand Oaks, v. 24, n. 4, p. 43-59, 2011.

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir quilomba**. São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 21, p. 81-105, 2013.

BIROLI, Flávia. Autonomia, preferências e assimetria de recursos, **RBCS**, v. 31, n. 90, 2016, p. 39-57.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, J. **Precarious Life**, London: Verso, 2004.

BUTLER, J. "Rethinking Vulnerability and Resistance", in BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. (orgs.) **Vulnerability in resistance**. London: Duke University Press, 2016.

COLE, Allison. All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others, **Critical Horizons**, v. 17, n. 2, 2016, p. 260-277.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FASSIN, Didier. and MEMMI, D. (eds.). **Le gouvernement des corps**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2004.

FASSIN, D. **At the Heart of the State**: the moral world of institutions, London: Pluto Press, 2015.

FERRARESE, Estelle. Vulnerability: a concept with which to undo the world as it is? **Critical Horizons**, v. 17, n. 2, 2016, p. 149-159.

FOUCAULT, Michel. Poder de morte e direito sobre a vida. In: _____. **História da Sexualidade, v. 1, A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 127-152.

FOUCAULT, Michel. Usage des plaisirs et techniques de soi. **Le Débat**, n. 27, 1985, p. 46-72.

FOUCAULT, Michel. “Les techniques de soi”, in: ___, **Dits et Écrits IV, 1980-1988**, org. por Daniel Defert e François Ewald. Paris: Gallimard, 1994a, p. 783-813.

FOUCAULT, Michel. “ L'éthique du soin de soi comme pratique de la liberté ”, in: ___, **Dits et Écrits IV, 1980-1988**, org. por Daniel Defert e François Ewald. Paris: Gallimard, 1994b, p. 708-730.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: MOTA, M. B. da. (org.). **Ditos e escritos**, v. 9: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 118-140.

FOUCAULT, Michel. **O enigma da revolta**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

LAUGIER, Sandra. L'autonomie et le souci du particulier. In: JOUAN, Marlène; LAUGIER, Sandra (dir.). **Comment penser l'autonomie? Entre compétences et dépendances**. Paris: PUF, 2009, p. 407-432.

MACHADO, Ida Lucia. **Narrativas de vida: saga familiar & sujeitos transclasses**. Coimbra: Grácio Editor, 2020.

MATOS, Marlise. Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em se aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, v. 7, 2015, p. 24-35.

McLAREN, Margareth. Resistência e revolução: “nem tudo é igualmente perigoso”. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (orgs.). **Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?** São Paulo: Intermeios, 2017, p. 351-362.

McLAREN, Margareth. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MUKASONGA, Scholastique. **A mulher dos pés descalços**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

MUKASONGA, Scholastique. **Baratas**. São Paulo: Editora Nós, 2018.

MUKASONGA, Scholastique. **Nossa Senhora do Nilo**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

MUKASONGA, Scholastique. **Um belo diploma**. São Paulo: Editora Nós, 2020.

OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M.(orgs.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 115-138.

OKSALA, Johanna. Feminism and Neoliberal Governmentality, *Foucault Studies*, n. 16, 2013, p. 32-53.

OSHANA, Marina. "How much should we value autonomy". **Social Philosophy & Policy**, 2003, p. 99-126.

PELBART, Peter Pál. Subjetivação e dessubjetivação. In:____. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: n-1 edições, 2013, p. 225-236.

RAGO, Margaret. Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas. in RAGO, M. ; GALLO, S. (orgs.) **Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?**, São Paulo: Intermeios, 2017, p. 363-374.

RAGO, M.; PELEGRINI, M.(orgs.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.

Data de submissão: 13/10/2024

Data de aceite: 30/10/2024